

# ENTRE O MURO DE BERLIM E A BASTILHA FRANCESA: A FABRICAÇÃO DE MARCOS TEMPORAIS PELAS MÍDIAS CONTEMPORÂNEAS E OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO (JORNAL DO BRASIL, 1989)\*

*Chrystian Wilson Pereira\*\**

**Resumo:** A derrubada do Muro de Berlim, em 1989, ocasionou uma ampla mobilização dos meios de comunicação de massa. Estes, ao produzirem uma preliminar seleção de testemunhos e presidirem as primeiras escritas do acontecimento, utilizaram-se de artifícios narrativos para significá-los, sobretudo, por uma inscrição na duração. Valeram-se, na fabricação de um novo marco temporal, de usos simbólicos e políticos do passado. Discute-se aqui como a imprensa, mesmo concebendo seus objetos comunicativos sob a lógica da “atualidade-mercadoria” e da espetacularização, esforçava-se por delinear tessituras narrativas que articulavam temporalmente percepções, expectativas e concepções acerca do universo político, relativas às relações internacionais do final do século XX. O artigo analisa reportagens veiculadas pelo Jornal do Brasil, então periódico da grande imprensa brasileira.

**Palavras-chave:** Acontecimento; Imprensa; Muro de Berlim; Socialismo.

**Abstract:** The fall of the Berlin Wall, in 1989, led to a ample mobilization of the mass media. These, by producing a preliminary selection of testimonies and presiding over the first writings of the event, used narrative devices to signify them, above all, by an inscription in duration. They availed themselves in the manufacture of a new timeframe, symbolic and political uses of the past. It is argued here as the press, even knowing their communicative objects under the logic of the “current commodity” and spectacularisation, it strove to outline tessitura narratives that articulated temporally perceptions, expectations and conceptions of the political universe, regarding the relations the late twentieth century. This paper analyzes articles published by *Jornal do Brasil*, then journal of the Brazilian press.

**Keywords:** Event; Press; Berlin Wall; Socialism.

---

\* Artigo submetido à avaliação em 23 de maio de 2015 e aprovado para publicação em 23 de junho de 2015.

\*\* Bacharel e Licenciado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela mesma universidade. Bolsista FAPESC.

O povo não mediu esforços nem consequências. Tudo o que havia nos corações e nas mãos foi jogado sobre a mesa nesta aposta fantástica. Afinal, pior do que estava não poderia ficar. Não se tratava de penúria, de caos econômico. Com 17 milhões de habitantes, a décima economia mais poderosa do mundo, uma renda per capita de US\$ 9 mil, a Alemanha comunista está a anos-luz da combalida Polônia, por exemplo. Certo, seus carros são obsoletos, o serviço público ineficiente e o abastecimento errático, mas ninguém morre por isso. A luta popular foi para não perder o bonde a história. Tratava-se de colher com as mãos o vento liberalizante que soprou da Polônia e da Hungria. E isso que o povo alemão conseguiu. É cedo ainda para garantir que não haverá retrocesso, mas já é tarde para afirmar que tudo poderá voltar a ser como antes. Sem violência, aos gritos, a Bastilha do século 20 foi derrubada.<sup>1</sup>

188

Completava-se o primeiro bicentenário da tomada da Bastilha, marco simbólico do desencadeamento de um fulminante e violento processo revolucionário na França do século XVIII. O ano de 1989 se tornava, então, ocasião privilegiada para reflexões e debates sobre a herança e a memória da Revolução. Pano de fundo para reavivar traumas e orgulhos nacionais entre os franceses, tramas e enredos históricos da Modernidade Ocidental, usos políticos e interpretações do evento. Uma irônica coincidência, entretanto, não poderia passar despercebida. Nos últimos meses daquele mesmo ano, desmoronava também o muro de Berlim: prenúncio da extinção dos regimes comunistas no Leste Europeu, 28 anos depois da edificação da icônica fronteira, monumento e alegoria da Guerra Fria. Percebido e representado instantaneamente como um “acontecimento histórico”, o processo de diluição da fronteira que até então dividira a capital alemã recebia uma extensa cobertura midiática a nível mundial.

Em reportagem do *Jornal do Brasil* veiculada no dia 11 de novembro de 1989, sob o efeito dos rápidos e intensos lances sequenciais advindos da derrubada do Muro, um correspondente comparava a despótica prisão real do Antigo Regime francês (tomada e derrubada no início da Revolução) ao símbolo máximo da bipolarização político-ideológica que caracterizava, até então, as relações internacionais do pós-guerra. Como forma de produzir uma significação à narrativa de um evento do presente ainda em curso, estabelecia-se uma relação simbólica com o passado; com o marco de outro princípio revolucionário, há dois séculos. Pelas páginas do periódico, anunciava-se: “sem violência, aos gritos, a Bastilha do século 20 foi derrubada”.

Ao que se deveu, no entanto, a pressa da equipe do periódico e de outros meios de comunicação à época em estabelecer a queda do Muro de Berlim como um marco histórico, demarcando tal momento singular como um *acontecimento*, no momento em que ele emergia na cena pública? E por que o correspondente do periódico em questão já comparava o novo evento a outro fato, cristalizado tanto pela memória quanto por uma tradição historiográfica sobre a Revolução Francesa?

---

<sup>1</sup> FERRAZ, Sílvio. A noite que exorcizou o stalinismo. *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, p. 12, 11 de novembro de 1989 (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional).

Ao contribuir para a escrita de uma primeira história da queda do Muro, fundada no imediatismo das informações e na vivacidade das euforias, o *Jornal do Brasil* apresentava ao público fragmentos interpretativos sobre os episódios que sobrevinham no território alemão e na órbita comunista do Leste, construindo significados preliminares acerca de um presente assinalado por uma ruptura. Organizando um saber sob pressão e em curtíssimos espaços de tempo, os profissionais agremiados em torno do jornal antecipavam também possibilidades para a posteridade, em relação ao valor histórico do acontecimento, à compreensão da correlação de forças que havia permitido sua emergência e as mudanças possivelmente a serem observadas na cadeia sucessória de eventos.

Para Marialva Barbosa, um dos objetivos dos veículos contemporâneos da mídia incide não em apenas informar o que acontece o mais rapidamente possível, mas possibilitar que o acontecimento seja mediatizado enquanto se desenrola (1999, p. 3). São os meios de comunicação que transformam os eventos do presente em uma modalidade de história imediata: por meio deles, o acontecimento marca sua primeira presença na esfera pública, em muitos casos mundialmente. Repórteres, colunistas, redatores, críticos e fotógrafos observavam as conexões de forças que permitiam com que o evento de 1989 fosse percebido e projetado como um marco temporal. Esta cobertura de eventos evidenciava aquilo que Pierre Nora denominou no final da década de 1970 como “reino da inflação factual” (1979, p. 187), que caracterizaria nossa contemporaneidade. Os meios de comunicação de massa, verdadeiras máquinas informativas, exigiriam de seu público uma permanente e veloz assimilação das novidades. Tal imposição seria caracterizada pela transformação do presente vivido como tempo histórico, de maneira cada vez mais instantânea, fazendo emergir, no tecido de nossas existências cotidianas, uma profusão de eventos; seríamos bombardeados por fragmentos textuais e audiovisuais responsáveis por produzirem o acontecimento, como forma de “unir num feixe significações esparsas” (NORA, 1979, p. 191).

Procuraremos compreender que tipos de construção simbólica são engendrados pelos meios de comunicação na narrativa dos acontecimentos, tomando como estudo de caso algumas abordagens realizadas pelo *Jornal do Brasil* sobre a queda do Muro de Berlim nos primeiros dias após o acontecimento, em novembro de 1989. Embora os periódicos sejam distinguidos pelo valor do instante (especialmente os jornais veiculados diariamente, verdadeiras “crônicas do cotidiano”) e marcados pela pouca distância crítica com os eventos representados, isto não impede que, além de descreverem eventos, cenários e personagens que se pretendem retratos de uma época, tais veículos atuem na disseminação de ideários e na mobilização de expectativas acerca do mundo social. Por isso podem ser considerados constituidores de interesses coletivos; seus produtores tangenciam

e participam do domínio político ao selecionarem, recortarem, ordenarem e estruturarem elementos comunicativos que pretendem ser dirigidos a um público; elementos estes concebidos em um campo de intenções coletivas correspondentes a interesses de agentes sociais que se lançam de estratégias narrativas diversas para propagarem uma visão de mundo, em uma “constante batalha pela conquista de corações e mentes” (CAPELATO, 1988, p. 13).

Os veículos jornalísticos interferem na compreensão de eventos em curso; ou, ainda, na reelaboração retrospectiva que realizam sobre acontecimentos selecionados, intervindo no campo dinâmico da memória. Guiados pela lógica das demandas mercadológicas, do “furo jornalístico” e do *sensacional*, os jornais, no entanto, não deixam de mobilizar temporalidades em suas narrativas; superam muitas vezes, mesmo na espetacularização do acontecimento, “a evanescência do presente” (MENESES, 2012, p. 9), por meio de usos simbólico-políticos do passado, tanto quanto por ideais e projeções de futuro. Defenderemos, neste texto, que a escrita dos jornais sobre acontecimentos contemporâneos suscita interpretações históricas, no momento em que estes emergem, como forma de um produto intelectual marcado pela constituição de sentido sobre o tempo (RÜSEN, 2001).

### **O *Jornal do Brasil***

O *Jornal do Brasil* foi fundado em 1891, na então capital federal, o Rio de Janeiro, como um dos poucos jornais lançados nos primeiros anos após a instalação do regime republicano. Abrigado por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, tinha a pretensão de ser um periódico diário e matutino. Nascera, contudo, com orientação monarquista, montado já como uma empresa com estrutura sólida. Nelson Werneck Sodré (1977, p. 251) lembra que, durante a Primeira República, uma vasta galeria de periódicos lançados na imprensa carioca não sobreviveriam, com vários projetos sendo abandonados. O *Jornal do Brasil*, contudo, “chegava para enfileirar-se entre os grandes” (SODRÉ, 1997, p. 251), trazendo inovações, tais como um sofisticado esquema de distribuição que permitiria à organização avultar significativos lucros, e um grande número de correspondentes estrangeiros em sua equipe.

O *Jornal do Brasil* nasceu já “distante dos jornais oitocentistas que se identificavam inteiramente com um dono de opiniões monolíticas” (LOPES, 2006, p. 333). Portanto, um veículo moderno da imprensa brasileira, o qual abrigava posições muitas vezes contrastantes, ainda que estabelecidas por regras e limites ditados pela linha editorial. Em meados de 1916, o parque gráfico do *Jornal do*

*Brasil* era considerado o maior de toda a imprensa brasileira (SODRÉ, 1977, p. 346). Com o decorrer da Primeira Guerra Mundial e o encarecimento do papel, os irmãos Mendes hipotecam o jornal para o conde Ernesto Pereira Carneiro, que reorganiza financeiramente o jornal.

Nos anos 1950, o jornal se posiciona contrário a um movimento de oposição a que Vargas assumisse o poder, desenvolvido pelas forças da UDN. O periódico, contudo, também não apoiou as forças getulistas. Nesta mesma década, com a formação de uma sociedade de consumo brasileira, e o “avanço da industrialização e da consolidação de uma cultura urbana”, com seus gostos e hábitos fortemente influenciados pela cultura norte-americana (LIMA, 2006, p. 41), a produção jornalística vai se transformar profundamente, na esteira de um processo de modernização dos meios de comunicação que se consolidava no país.

Estas mudanças adentrariam os anos de 1960 e 1970 em toda a imprensa, mas a reforma do *Jornal do Brasil* seria bastante expressiva devido ao seu pioneirismo. Novos parâmetros são colocados em prática, em relação aos métodos industriais de impressão, o aperfeiçoamento da disposição gráfica dos periódicos, o enxugamento dos textos, a restrição das matérias a fórmulas de redação, a valorização das fotografias. Um dado importante constitui-se na profissionalização crescente de jornalistas no país a partir de meados do século XX, que configura o paradigma de uma escrita pretensamente neutra, sob égide científica, com a “modificação definitiva de um jornalismo político-literário para outro, de cunho mais informativo, com pretensões de ser mais objetivo” (RIBEIRO, 2000, p. 29). Tais dados nos levam perceber como o *Jornal do Brasil* como uma grande empresa jornalística moderna e pioneira, com grande influência sobre os cidadãos fluminenses e brasileiros.

Esta situação começa a modificar-se a partir da instalação da ditadura militar no Brasil. Segundo o historiador Márcio Santos Nascimento (2007), o *Jornal do Brasil* defendeu a deposição do presidente João Goulart, a partir de 1963. Para o autor, dentro do seu círculo de influência, o jornal ajudou a criar um clima de insegurança e insatisfação frente ao governo de Jango. A motivação para tal estaria ligada principalmente a interesses econômicos e políticos, pois os grupos ligados ao jornal (produtores, leitores e anunciantes) seriam prejudicados por uma política conciliadora do presidente, potencialmente perigosa, que poderia abrir o país ao domínio dos comunistas e ferir a “ordem constitucional”. Paradoxalmente, o jornal apoiou a deposição de João Goulart pelas Forças Armadas, após uma campanha pela “salvação nacional”. Mais tarde, com o endurecimento da censura aos meios de comunicação pelos militares e o fortalecimento dos mecanismos ditatoriais, o jornal faria oposição moderada ao regime instaurado.

A partir dos anos 1970, o *Jornal do Brasil* passa por uma crise financeira sem precedentes<sup>2</sup>, perdendo a liderança do mercado no Rio de Janeiro. Permanece, contudo, entre o segundo e o terceiro lugar no *ranking* das tiragens diárias de jornais entre esta década e a posterior, com a concorrência acirrada de *O Globo* e *O Dia*. Consegue, contudo, a preferência dominical em vários momentos, dado este demonstrativo do prestígio do periódico, mesmo em momento crítico de sua trajetória. Em 1973, o jornal muda sua sede para um novo prédio, projetado para reunir todas as empresas do grupo. Pelas proporções do arriscado investimento, além de fatores administrativos diversos, a construção da nova sede agravaria a crise econômica vivida pelo grupo empresarial.

Visualizamos em 1989, portanto, um periódico em plena e longa crise financeira, mas com grande campo de alcance sobre a opinião pública fluminense ou mesmo nacional, uma vez constituído um grande prestígio sobre sua marca, a despeito da crise deflagrada por todo o grupo. É neste momento que o jornal traz uma ampla cobertura do evento da queda do Muro de Berlim, que se juntava a uma série de reportagens acerca das transformações em curso no território alemão e em todo o bloco socialista sob influência soviética. Apesar de ter sua sede no Rio de Janeiro e circular principalmente por esse estado, o veículo tratava, no período proposto, menos de temáticas regionais do que nacionais ou internacionais.

192

É atribuída à noite de nove de novembro de 1989 a derrubada do Muro de Berlim. A notícia aparece pela primeira vez nas páginas do *Jornal do Brasil* na edição do dia seguinte, uma sexta-feira, anunciando, já na primeira página, que o evento era celebrado pela população germânica festivamente: “o muro conheceu ontem, na prática, um fim tão fulminante quanto o seu começo”. O monumento havia sido construído de surpresa e em tempo recorde, também pela madrugada, entre 17 e 18 de agosto de 1961. Sabe-se que a fronteira entre a Europa Ocidental e o Bloco Leste já existia antes, mas a construção do muro a intensificou.

A derrubada do muro viria após a abertura de vários pontos da fronteira entre os dois lados. Segundo o noticiado, devia-se à atitude de multidões “excitadas”, vitoriosas em derrubar a “marca geográfica mais grotescamente poderosa com que o mundo aprendeu a conviver”, na esteira de uma onda de manifestações que já ocorriam pelo país. A edição destacava que, pela primeira vez desde a fundação do país em 1949, o governo da Alemanha Oriental havia aberto todas as suas fronteiras, possibilitando integralmente o acesso livre e direto de seus cidadãos à Alemanha Ocidental. É reproduzida também uma fala de Hand Modrow, que em poucos dias ocuparia,

---

<sup>2</sup> Os dados referenciados aqui sobre a imprensa brasileira no período posterior à ditadura civil-militar são baseados na obra *História Cultural da Imprensa - 1800-1900* de Marialva Carlos Barbosa (2010).

oficialmente (hoje se sabe, pela última vez), o cargo de *premier* (chefe de governo) da República Democrática Alemã: “a existência do partido, do país, do socialismo e até de um socialismo renovado está em crise”. O diagnóstico de Modrow, segundo o jornal, resumia as profundas tensões do momento, considerada a “maior crise política da história alemã-oriental”, na qual se combinavam gigantescos protestos populares, uma onda sem precedentes de emigrações e um descrédito generalizado da população com as instituições do país.

Na primeira edição a trazer uma cobertura sobre a derrubada do Muro de Berlim, o Jornal do Brasil limitava-se a descrever uma espécie de história-síntese da icônica fronteira, de forma pontual: destacava-se o significado do Muro para as relações internacionais do pós-guerra, os debates sobre a sua construção em 1961 e a crise que abatia a Alemanha Oriental naquele ano. Evidencia-se de um esforço de historicização do próprio monumento como forma a dar significação ao *novíssimo* evento: representado unilinearmente, como em uma linha temporal reta, destacando o início e o fim “repentinos” e “fulminantes” da gigantesca barreira física construída pela República Democrática Alemã. O jornal lembrava, ainda, a incredulidade do mundo perante os eventos dos últimos dias, e dos alemães orientais que transitavam para o Oeste, muitos pela primeira vez na vida.

Milhares de alemães orientais eufóricos começaram a cruzar o Muro de Berlim rumo à Alemanha Ocidental, a pé ou de carro, pouco depois de o governo da RDA anunciar a abertura de todas as fronteiras do país. A maioria pretendia voltar às suas casas em Berlim Oriental, mas fazia questão de comemorar a novidade no lado ocidental. Uma fila de carros de mais de um quilômetro formou-se no posto fronteiriço da rua Bonholmer, um dos oito existentes no Muro de Berlim. Enquanto esperavam, os motoristas buzonavam sem parar, e alguns bebiam champanhe.<sup>3</sup>

193

O acontecimento era caracterizado como uma festividade: cerveja abundante, brindes com *champanhe*, fogos de artifício, palmas, sorrisos estampados nos rostos das multidões, abraços acalorados entre pessoas que, em sua grande maioria, nunca haviam se visto ou há muito haviam sido separadas. Os primeiros textos do periódico dedicados ao evento (a maioria deles informativos, não assinados) difundiam a ideia de que a diluição de tal fronteira constituía-se em um dado irreversível: não haveria mais impedimento para os movimentos de emigração; após anos de bloqueio entre os cidadãos de dois lados repartidos artificialmente pelas forças que triunfaram sobre o nazismo, poderia (ou ainda melhor, deveria) iniciar-se um período glorioso, de uma tardia, mas profundamente desejável, liberdade.

---

<sup>3</sup> Liberdade causa euforia e lágrimas. Alemães orientais festejam cruzando o Muro aos milhares. *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, p. 8, 10 de novembro de 1989, 2ª edição (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional).

No dia 11 de novembro de 1989, dividindo atenções com a campanha presidencial nacional que então chegava em sua fase final, a cobertura do acontecimento recebia um grande espaço nas páginas do jornal. Era um dos destaques na primeira página, e tomava toda a seção “Internacional”. A maioria dos textos vinha assinada por correspondentes e colaboradores. O texto de maior destaque da edição, assinado por Silvio Ferraz<sup>4</sup>, correspondente em Berlim Oriental, anunciava o evento como “a noite que exorcizou o stalinismo”. Como o título já podia prever, o texto tratava com maior detalhes da crise do modelo do “socialismo centralmente planejado pelo Estado” (HOBSBAWM, 2001, p. 407) predominante no Leste Europeu. A onda de protestos populares havia causado, segundo o jornal “espontaneamente”, a abertura das fronteiras na Alemanha Oriental. Dizia-se não ser possível se deparar com megafones, gritos de palavras de ordem ou faixas contendo slogans padronizados no momento do evento.

Os “gritos por liberdade e eleições” combinavam-se às protestações pela “má qualidade dos produtos, a censura cultural e mesmo de asco à política de uma forma geral, ampla e indiscriminada”. Com um tom eufórico, empregando-se da descrição de anseios e emoções da população, o texto veiculado pelo jornal descrevia o caráter genérico dos “sentimentos nacionais”, marcados pela “saturação coletiva de ver tolhidos os sonhos e cortada pelo talo a esperança de dias melhores”.

Não seriam, contudo, expectativas de uma melhor qualidade de vida a única motivação dos protestos que levaram à derrubada do “muro da vergonha”. O correspondente demarcava: não havia na República Democrática Alemã um caos econômico, pois a décima economia mais poderosa do mundo à época encontrava-se distante de outros países comunistas em penosa situação, como a “combalida Polônia”. Embora o serviço público fosse apontado como ineficiente, o abastecimento como errático e a política tomada pela corrupção e o autoritarismo, tratava-se de uma “luta popular para não perder o bonde da história”. O mérito estava nas mãos do vitorioso povo alemão, na consumação do que era chamado de um “exorcismo coletivo” do povo reprimido há 40 anos pelo regime stalinista. Uma ação, portanto, desejada por toda a população, ou, no mínimo, pela sua esmagadora maioria. Os discursos do jornal fabricavam sobretudo um consonância harmoniosa e, por vezes romantizada, sobre as motivações da derrubada do icônico Muro.

---

<sup>4</sup> O jornalista Silvio Ferraz foi correspondente internacional do *Jornal do Brasil* nesta época, tendo realizado cobertura de vários eventos que marcaram o final da Guerra Fria e o desmantelamento do socialismo real, tais como o governo de Mikhail Gorbachev, a queda do Muro de Berlim, a unificação das duas Alemanhas e as eleições na Polônia. Trabalhou em diversos outros veículos, tais como *Diário de Notícias*, *O Globo*, *Veja* e *IstoÉ*, nos quais exerceu as funções de repórter, editor e correspondente internacional. Informações disponíveis no site da Livraria Virtual Relativa: <<http://www.relativa.com.br/>>. Acesso em 31 de março de 2014.



## **Explicando o acontecimento: usos do passado e narrativas históricas**

É possível distinguir, na formação discursiva jornalística que tentava dar significação à queda do Muro de Berlim, uma representação muito instituída e difundida por diversos meios de comunicação: a de uma população oprimida por um regime ditatorial; das massas populares sempre em contraposição ao poder totalitário encarnado pelo Estado - grande arquiteto do controle social e da vigilância policial, responsável pelo estabelecimento de uma ordem fundada de cima para baixo, reproduzindo-se a submissão unidimensional e verticalizada dos dominados. Perante a ampla intervenção do governo na vida de seus cidadãos, as massas populares aparecem representadas como inertes diante do caráter repressor das instituições estatais, responsáveis por talhar as liberdades individuais. A manifestação de um "exorcismo do stalinismo" pela população alemã-oriental, indicada pelo texto jornalístico publicado, no *Jornal do Brasil*, reafirma a bipolarização entre população e Estado, operando em campos totalmente distintos quando nas quatro décadas de existência da República Democrática Alemã.

Tal concepção do poder ditatorial implica em uma simplificação do processo histórico de instalação do comunismo no lado Oeste da Alemanha, desfazendo-se da compreensão do papel de atores sociais na construção de tal regime, excluindo-se as divergências, minimizando-se a dinâmica complexa das forças, ora correlacionadas, ora conflitivas, que operam no campo político. Como resultado, ressalta-se a imagem de uma população vitimizada pelo despotismo comunista, "reprimida por 40 anos", apagando-se, portanto, a dimensão de uma "porosidade social múltipla que nenhuma máquina de propaganda ainda conseguiu de todo anular" (SEGRILLO, 2006, p. 5). De uma só vez, negam-se as possibilidades de discordância, pluralismos ideológicos e comportamentos desviantes no interior do regime, tanto quanto os plausíveis e necessários consensos, negociações e participações de setores da população no contexto das instituições ditatoriais. O jornal representava os regimes comunistas como anacrônicos, estagnados no tempo, marcados pela deficiência tecnológica, a ineficiência econômica e a ausência de qualquer liberdade política aos seus cidadãos.

"Sem violência, aos gritos, a Bastilha do século 20 havia sido derrubada", bradava o correspondente do *Jornal do Brasil* dois dias após o *acontecido*. As expressões de fundo emocional, declamados em tom de euforia e exaltação nas páginas do jornal, buscavam possivelmente ressaltar que a queda do Muro de Berlim já podia ser considerada um marco, a ser exaustivamente analisado pela historiografia profissional na posteridade e profundamente marcado nos alicerces da memória coletiva. Mas ao que se devia a referência feita a um outro conhecido marco político, a tomada da Bastilha, remetendo ao desencadeamento da Revolução Francesa, 200 anos antes?

No esforço intencional de explicar um acontecimento contemporâneo, referenciava-se o passado como forma de remeter o evento, no caso do texto veiculado pelo *JB*, a uma cadeia comparativa de processos históricos conhecidos, dando-lhe uma primeira significação temporal. O acontecimento emergia como uma novidade em relação ao instituído, com sua imprevisibilidade e rapidez ameaçadoras. Era imperativo, portanto, dar-lhe certo ordenamento, a partir de uma operação histórica manifestada pela narrativa.

Segundo o teórico Jörn Rüsen (2001), o ser humano possui a necessidade de estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança ao longo do tempo, para agir no seu decurso, orientando-se a partir de uma transposição que se dá sempre para além do que o sujeito e o seu mundo são a cada momento. A consciência histórica dos sujeitos operaria, afinal, na transposição do imediato, sendo concebida como "um conjunto, ordenado temporalmente, de ações humanas, no qual a experiência do tempo passado e a intenção com respeito ao tempo futuro são unificadas na orientação do tempo presente" (RÜSEN, 2001, p. 73).

Nesta dinâmica sob a qual opera o pensamento histórico, produzir-se-ia um superávit de intencionalidade do agir humano, ou seja, uma capacidade de perceber as mudanças do mundo e de si mesmo a partir de uma articulação interativa do tempo como experiência e como intenção, a fim de motivar decisões e intenções da vida prática. A constituição do pensar histórico e para cada sujeito, para Rüsen, ultrapassa os limites biográficos da vida humana e a autoridade do instante, mostrando-se uma intercalação entre o passado representado, o presente interpretado e o futuro projetado.

Na ação de difusão, consumo e reprodução de palavras e imagens midiáticas, temporalidades (mundiais, internacionais ou particulares, locais) são construídas e percebidas também pela ação da imprensa, do rádio, da televisão, da internet, porque ao representarem os acontecimentos, os meios de comunicação de massa fazem com que o presente emerga na duração (BARBOSA, 1999, p. 14). O acontecimento histórico não é apenas transmitido, mas produzido primeiramente pelas mídias, pois estas "não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência" (NORA, 1979, p. 181).

Sabe-se que os indivíduos e grupos incumbidos de formularem notícias sobre a queda do Muro de Berlim nas páginas do *Jornal do Brasil* investiam-se, nas narrativas, de usos do passado que alicerçavam a própria produção midiática. Possibilitava-se, a partir da presença simbólica do passado e de sua incorporação às explicações para o mundo presente, interpretar um agora em curso e, então, representá-lo para um público. Os textos produzidos por cada um dos responsáveis pelo periódico também constituíam, portanto, "narrativas históricas", uma vez que, conforme explica Rüsen, tais

indivíduos buscavam orientar ações, sujeitos e experiências no decurso temporal. Ao mesmo tempo, publicadas pela mídia impressa, tais narrativas intentavam contribuir para a construção de uma memória histórica sobre aquele (já atribuído) marco.

Ao difundirem discursos que se comportam como interpretações e representações factuais, os veículos da mídia temporalizam o acontecimento, entremeando-lhe a uma seleção de referências retrospectivas do passado, utilizada para dar-lhe significação na ordem do tempo; e a uma projeção, que se crê ser verossímil, de futuros presumíveis e prováveis no plano de um determinado presente. O acontecimento midiático é estruturado, nas páginas do jornal, a uma correlação (abreviada e sintética, facilmente inteligível ao público) de forças que - acredita-se - permitiram-no emergir e que o possivelmente confirmarão na posteridade como um marco. Eis a dupla dimensão atribuída às produções pelo periódico: conformam-se como tramas capazes de mobilizar temporalidades e costurá-las, para então produzirem suas narrativas que se comportam como produtos intelectuais apropriadamente históricos dos seus próprios formuladores; no entanto, tais produtos midiáticos também contribuem para a modelação da consciência história dos indivíduos que constituem seu público, uma vez que constroem uma determinada memória sobre os eventos, de grande circulação. Tais elementos de uma memória história constituída também pela mídia fornecem tanto quanto elementos simbólicos para a orientação de homens e mulheres no tempo.

Por meio da apropriação dos textos e imagens produzidos pelos meios de comunicação, cotejados e somados a outras referências e saberes com as quais se deparam no mundo social, os indivíduos aliam, como se sabe, a experiência do passado à intenção com respeito ao futuro, intercalando-as na orientação do tempo presente. A necessidade existencial de interpretação da mudança temporal manifesta-se, assim, pelas “mediações dialéticas e narrativo-argumentativas no tempo” (RÜSEN, 2009, p. 168), de tal maneira que a consciência história é enriquecida por uma enorme quantidade de experiências e formas possíveis de apropriação, entre as quais figuram os meios de comunicação.

Compreende-se o uso argumentativo de um *passado revolucionário* nas páginas do Jornal do Brasil como manifestação de uma racionalidade histórica que intenta constituir um sentido sobre a experiência da mudança temporal, com o fito de “dominar o tempo percebido como ameaça, transformando-o” (RÜSEN, 2001, p. 61). Ao tratar de um recente acontecimento emergido na esfera pública, avaliado como “histórico” quase de forma instantânea, a narrativa veiculada pelo jornal tratava de unir significações aparentemente esparsas para constituir um sentido sobre o novo, domesticando-o. É possível afirmar que o vínculo com a Revolução Francesa constituiu-se em uma tentativa de dar-lhe certa regularidade, remetendo-lhe ao vivido anteriormente, buscando no já

experimentado por homens e mulheres no passado um vínculo político com o ainda em constituição (no caso, os eventos que marcavam o final da Guerra Fria).

Afinal, tal como o fim do século XVIII marcou, na França, um pleno processo de desestabilização política e rupturas profundas na vida daquela população, a Alemanha passaria por um análogo processo revolucionário, pelo que indicariam as expectativas difundidas pelo periódico: o fim do “marasmo político” que assombrava os alemães-orientais por quatro décadas de domínio stalinista; uma possível reunificação de alemães ou mesmo europeus; um enterro definitivo das tiranias totalitárias que reinaram sobre território germânico - o nazifascismo e o comunismo. Enfim, uma redenção de um passado doloroso e traumático, em vias de extinguir-se, e a ponte para um futuro desejado pelo povo (ou pelo Ocidente Democrático), o qual não poderia ser senão um devir glorioso que começava a ser construído aos passos da “demolição de pedra por pedra daquela Bastilha do século XX”.

Há que se levar em conta, também, que a articulação entre o uso simbólico-político do passado e a projeção de futuro criaram e expandiram as significações históricas do acontecimento, fabricando uma representação acontecimental inteligível, rapidamente compreensível pelo leitor que se deparava com a cobertura de um jornal considerado componente da grande imprensa brasileira à época. Uma análise histórica não pode deixar de levar em conta importantes demandas, de público e mercado, por notícias que informem rápida e objetivamente o consumidor. Afinal, o *JB* possuía uma das maiores tiragens do mercado nacional, fazendo parte da porção mais significativa dos periódicos “em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (LUCA, 2008, p. 149), ainda que em crise financeira desde o final da década de 1970.

Sabe-se que o jornal, irrigado pelo capital de grandes organizações empresariais, forneceu uma opinião previsível, aliada à positividade da economia de mercado e da democracia liberal, “fabricando o consenso sobre a superioridade das economias abertas” (BARBOSA, 2010, p. 224). Era esperado que, em um momento privilegiado como a queda do Muro de Berlim, associada à crise dos regimes comunistas, os discursos veiculados fornecessem uma visão positivada do acontecimento. É necessário, contudo, desmistificar o objeto discursivo e, juntamente, a concepção de que as páginas do periódico propõem uma visão imparcial dos acontecimentos, limitando-se a descrever e narrar os fatos.

A comparação do Muro de Berlim com a Bastilha Francesa veiculada pelo *Jornal do Brasil* compreendia uma tentativa de explicação de um novo fenômeno social e político a um outro conhecido, de grande impacto, ao qual se recorria para dar força simbólica necessária a um novo acontecimento, ainda em suas primeiras

interpretações. A Bastilha, símbolo da arbitrariedade do poder real absoluto, prisão dos inimigos políticos no Antigo Regime francês, e sua tomada e posterior queda, remetem à derrubada de uma determinada ordem, de um *status quo*. Produzindo um nexo entre os dois monumentos, o jornal difunde a ideia de que a ação de derrubada do Muro de Berlim remete a um processo revolucionário em erupção. Mas se a na Revolução na França é marcada historicamente pelo uso indiscriminado da violência, de tal maneira que 1789 é considerado quase consensualmente o marco inicial de um sangüinário conflito, a Revolução na Alemanha Oriental se dava de maneira pacífica.

Conectadas as lutas contra o despotismo e a arbitrariedade na França do século XVIII e no final da Guerra Fria no século XX, os métodos utilizados para rupturas radicais da ordem instituída haviam se modificado. Afinal, para incredulidade de muitos no mundo ocidental, a “nova Bastilha” havia sido derrubada sem violência, “aos gritos”, em uma “aposta fantástica” do povo cansado de ser oprimido. A luta popular, tal como acontecera na França de Luís XVI, havia sido “para não perder o bonde da história”: para não perder um sentido, uma evolução para o futuro, aquele que não aceita opções fora da órbita do capitalismo e das democracias ocidentais liberais. Um espelho do passado apresentava exemplos concretos de que as massas populares, quando saturadas dos despotismos (sejam quais forem suas formas históricas), irrompem perigosa e irreversivelmente. Desta vez, para os alemães, tratava-se de “colher com as mãos o vento liberalizante” que já soprava do lado leste da Cortina de Ferro, vindo da Hungria e da Polônia, prestes a implodir com o marasmo e o anacronismo dos regimes comunistas.

### **Considerações finais**

É possível afirmar que, a despeito de ser erigido como um discurso pretensamente isento, sob a égide da imparcialidade e da objetividade jornalística, o periódico conservou-se em um campo politicamente seguro, fabricando um consenso sobre a queda do Muro de Berlim entre a depreciação dos regimes comunistas e a exaltação do caráter pacífico dos atos do final de 1989, considerados *revolucionários*. Perceber as estratégias de construção desse discurso é uma operação fundamental na pesquisa histórica com impressos: desmontar o texto jornalístico para interpretar os modos de fabricação dos fatos vendidos como “consensuais” e coerentes; desconstruir os efeitos de verdade que a notícia escrita intenta produzir; questionar os mitos de “isenção” ou de “espaço de pluralismo” associados ao jornalismo profissional contemporâneo.

É necessário interpretar o texto escrito como uma possibilidade discursiva no tempo em que foi produzido, tentando associar, juntamente a um contexto de relações

sociais que puderam engendrar tal discurso, as escolhas simbólicas que fundamentaram suas narrativas, aqui analisadas sob o ponto de vista da formulação de um pensamento histórico como forma de dar significação a um acontecimento. Uma suposta previsibilidade ideológica do jornal não anula a possibilidade de analisar os caminhos epistemológicos e políticos utilizados nestes objetos de comunicação. Afinal, como lembra Eliana de Freitas Dutra, os historiadores analisam, mais do que a existência normativa ou a natureza tipológica dos registros humanos, a ambiguidade das práticas e dos significados “produzidos e apropriados, em determinadas circunstâncias” (2003, p. 23).

No Checkpoint Charlie, o local mais famoso e movimentado por onde todos os que iam para o outro lado eram estrangidos com controles stalinistas, o movimento era fantástico. No final da tarde, milhares de berlinenses do Leste voltavam para suas casas depois de ter feito suas compras, tomado suas cervejas e visto brilhar as luzes do Kurfuerstendamm, transformada num verdadeiro Champ elisées, tal o afluxo de turistas do Leste. Ontem, nas duas cidades, recordou-se a velha canção alemã, que diz que o sol volta a brilhar sobre os campos da Alemanha. A abertura do Muro, a intensificação das relações entre os dois estados e a perspectiva história de sua reunificação fizeram com que o sol brilhasse com mais intensidade do que nunca neste inesquecível domingo.<sup>5</sup>

200 No dia 13 de novembro de 1989, quatro dias após a queda do Muro de Berlim, as páginas do *Jornal do Brasil* afirmavam uma positivação do acontecimento: a abertura de todas as fronteiras, confirmada pela queda do Muro, possíveis haveria de intensificar a relação entre os então dois estados distintos, a República Democrática Alemã e a República Federal da Alemanha. A reunificação nacional aparecia, portanto, no conjunto de expectativas daquele presente, como uma “perspectiva histórica”. Favoráveis à absorção da Alemanha Oriental pelo Oeste Capitalista, os textos veiculados pelo periódico assinalavam uma *irreversibilidade* da queda da icônica fronteira ideológica, monumento de um mundo bipolarizado, símbolo maior das disputas e peripécias da Guerra Fria. O sol brilhava “com mais intensidade do que nunca”: os regimes comunistas haveriam de ser soterrados no passado. Tratava-se do fim de uma era. A Bastilha do século XX havia sido derrubada, mas dessa vez sem os altos custos humanos e materiais do fim do Antigo Regime Francês.

A abertura das fronteiras da República Democrática Alemã, para ser explicada, era devidamente expandida a um conjunto de racionalizações históricas, manifestada por diversas narrativas jornalísticas, como maneira também de desembaralhar a rapidez com que se modificavam as condições políticas e sociais não só na Alemanha Oriental, mas no mundo mergulhado desde o final do conflito mundial (1939-1945)

---

<sup>5</sup> FERRAZ, Sílvio. Berlim inteira vive clima de piquenique democrático. *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, p. 7, 13 de novembro de 1989 (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional).

no que se convencionou denominar Guerra Fria. Acomodar o novo evento, portanto, em definições e sentidos capazes de suprir carências de interpretação de um presente em plena mudança (RÜSEN, 2001, p. 65). O uso do passado (seja pela exaltação de uma imagem gloriosa da Revolução Francesa tanto quanto pela depreciação dos tidos como falidos e anacrônicos regimes “stalinistas”), intercalado à imaginação de futuros tidos como verossímeis, combinavam-se como uma forma de domesticar o *nunca antes visto*, tirando-lhe um pouco da aspereza e da imprevisibilidade que ameaçariam arruinar a superfície lisa e linear desta modalidade de história.

Mesmo concebendo tais objetos comunicativos sob a lógica mercadológica de uma “atualidade hipertrofiada” e da espetacularização, a mídia impressa operava, então, na mobilização de temporalidades nestas narrativas de fundamentação política, transpondo, assim, a dimensão da imediaticidade, colocando-se como protagonista da constituição e difusão de uma memória histórica sobre aquele acontecimento. Os esforços se caracterizavam, sobretudo, pela inscrição da novidade em uma sucessão consecutiva de acontecimentos irreversíveis e irrepetíveis, distinguidos por sua singularidade noticiável, cujos desdobramentos se dariam, finalmente, no *telos* da democracia liberal, da unificação dos mercados e no caminho de um capitalismo onipotente, sem as alternativas ou ameaças de outrora.

## Referências

### Documentação primária

**JORNAL DO BRASIL.** Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional, 1989.  
Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/jornal-do-brasil>>.  
Acesso em 03 de março de 2014.

### Obras de apoio

BARBOSA, Marialva Carlos. **História Cultural da Imprensa no Brasil.** 1800-1900. Rio de Janeiro: MAUADX, 2010. v. 1.

\_\_\_\_\_. Temporalidade: uma questão mediática. **Margem**, São Paulo, v. 1, n. 9, p. 177-190, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História no Brasil.** São Paulo: Contexto; EdUSP, 1988.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, p. 13-28, 2003.

- HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos**: o Breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. RJ: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LIMA, Patricia Ferreira de Souza. **Caderno B do Jornal do Brasil**: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-85). Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- LOPES, Antonio Herculano. Do monarquismo ao "populismo": o Jornal do Brasil na virada para o século XX. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone. (Orgs.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 332-345.
- LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MAZOWER, Mark. **Continente sombrio**: a Europa no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MENESES, Sônia. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, p. 1-36, 2012.
- NASCIMENTO, Márcio Santos. **A participação do Jornal do Brasil no processo de desestabilização e deposição do presidente João Goulart**. Dissertação. (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Comparada, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **As Revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Tese. (Doutorado em Comunicação) - Rio de Janeiro, ECO-UFRJ, 2000.
- RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história, os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. da UnB, 2001.
- \_\_\_\_\_. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, n. 2, p. 163-209, 2009.
- SEGRILLO, Angelo. O Fascismo como "Totalizante": uma (herética) tentativa de inflexão marxista em um conceito eminentemente liberal. **Intellecter**, v. 2, p. 8-23, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.